

Nacionalismo *versus* Democracia? A *New Left Review* e a questão nacional no Leste Europeu depois da Guerra Fria

*Ruben Maciel Franklin**

Resumo

O presente artigo explora como a *New Left Review*, revista de esquerda criada em 1960 e gerida por intelectuais marxistas, como Perry Anderson e Robin Blackburn, se posicionou diante do ressurgimento do Nacionalismo no contexto das “revoluções” do Leste europeu e do colapso da União Soviética. Através da leitura de seus editoriais e artigos, bem como percorrendo as obras produzidas por seus principais interlocutores, atentamos para como o processo de liberalização política e econômica dos países comunistas deu vazão para uma releitura da questão nacional no tocante as exigências de democratização e autodeterminação. Concluímos que os intelectuais de esquerda, ao invés de se deixarem levar pela fácil assimilação entre Nacionalismo e xenofobia/racismo, propuseram um diálogo pelo qual os valores socialistas se conjugavam ao nacionalismo e faziam deste um lugar possível para se projetar ambições igualitárias e de ordem anticapitalista.

Palavras-chave: Intelectuais, Nacionalismo, Democracia. *New Left Review*.

Abstract

This article explores how the *New Left Review*, leftist magazine established in 1960 and managed by Marxist intellectuals, as Perry Anderson and Robin Blackburn, stood before the resurgence of nationalism in the context of “revolutions” in Eastern Europe and the collapse of the Soviet Union. By reading the editorials and articles, as well as going through the works produced by its main partners, we look at how the process of political and economic liberalization of communist countries gave rise to a reinterpretation of the national question regarding the requirements of democracy and self-determination. We conclude that the left-wing intellectuals, rather than get caught up in the easy assimilation between nationalism and xenophobia / racism, proposed a dialogue in which socialist values crossed nationalism and made this a possible place to design egalitarian and anti-capitalist ambitions.

Keywords: Intellectuals, Nationalism, Democracy. *New Left Review*.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Graduado em História pela mesma instituição. O presente artigo é uma adaptação de um dos tópicos da Tese de Doutorado defendida junto ao PPGH-UFF, a qual tinha por objetivo analisar a agenda da *New Left Review* após o colapso do Comunismo.

Como a maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a “nação” como uma entidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. (...) as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas. (...) as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles. (HOBBSAWM, 2011 [1990], p. 19 e 20)

Depois que o sistema centralizado soviético entrou em colapso e os editores e/ou proprietários acionistas da *New Left Review*, tendo à frente Perry Anderson, Robin Blackburn, Benedict Anderson e Tariq Ali, resolveram inaugurá-la através de uma nova dinâmica que incluísse temas pluralistas e não mais organizados em obediência a temática dos dossiês editoriais, o Nacionalismo entrou de vez na agenda política do periódico.¹ Tornava-se primordial compreender as motivações políticas e culturais que haviam levado União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ao declínio, tendo em vista a mobilização das massas nas antigas repúblicas e no Leste europeu exigindo independência, autodeterminação e democratização. Os problemas concernentes ao impacto da *glasnost* e *perestroika* nessas regiões, os quais possibilitaram maior contato dos governos e sociedade civil com a política liberal ocidental, lhes concedendo maior autonomia político-econômica, haviam radicalizado as tensões políticas na Rússia e determinado a ascensão do grupo político que discursava a favor das minorias étnicas - liderados por Yeltsin. Toda essa gama de

¹ Utilizamos a expressão Nacionalismo para designar os artigos da *New Left Review* que focalizaram, no pós-1989, as discussões sobre identidade nacional, movimentos nacionais de libertação, xenofobia e conflitos étnicos. Nosso objetivo foi delimitar todos esses tópicos dentro de um eixo pesquisa mais abrangente que passou a ser preocupação central na escrita política da revista quando as repúblicas soviéticas passaram a exigir independência, entendendo que a mesma procurou no Nacionalismo as fontes de interpretação dos eventos de 1989-91 e a posterior redefinição geopolítica mundial com o final da Guerra Fria. No geral, a revista procurou traduzir o Nacionalismo como a construção de um sentimento de identificação de grupo, o qual, atravessado pela língua, religião, etnia e historicidade, era capaz de impulsionar movimentos democráticos e igualitários no seio da sociedade civil.

acontecimentos fora objeto central de leitura da revista desde final da década de 1980. A novidade agora estava em ater-se a multiplicação de conflitos e tensões militares ligados à identidade étnica e as disputas territoriais numa área que conheceu o domínio de um único partido desde a década de 1920, de forma que os impasses que explodiam na Transcaucásia (Armênia, Geórgia e Azerbaijão), no báltico (Estônia, Lituânia e Letônia) e na recém-extinta Iugoslávia pudessem ser investigados à luz do sistema global neoliberal implantado pós-Guerra Fria e das repercussões que tais movimentos traziam ao pensamento de esquerda.

A modificação na tônica editorial fica bastante evidente quando comparamos a quantidade de artigos e autores abarcados sob o tema Nacionalismo, antes da virada de 1989, a partir dos números apresentados pelo próprio *Index of Articles and Authors* (índice de Artigos e Autores) publicado oficialmente pela *Review* (NLR, 2010, p. 162 - 164). Observamos que, entre 1960 e 1988, a revista lançou um total de 21 artigos dentro desse eixo temático, com participação de Ernest Mandel, Victor Kiernan, Eric Hobsbawm, Edward Said e, sobretudo, Tom Nairn, este último com seis artigos publicados nesse período de quase 30 anos. Cenário que contrasta fortemente com os quinze anos subsequentes, de 1989 a 2003, quando somos informados sobre o lançamento de 39 artigos, com participação de quase o dobro de autores (26 ao todo, enquanto de 1960 a 1988 aparecem “apenas” 16), entre os quais Tom Nairn, Benedict Anderson, Brendan O’Leary e Ernest Gellner.

Uma comparação desse tipo se torna relevante porque enxergamos que as mudanças a nível editorial que se seguiram ao desaparecimento do comunismo estavam sendo significativas, especialmente, se pensarmos que nesse último intervalo de 15 anos a revista publicou aproximadamente o dobro de textos sobre Nacionalismo do que fizera nos 30 anos precedentes. Todavia, estes são dados retirados do olhar retrospectivo da própria revista, a qual procurou enquadrar - esse é um bom termo - no quesito “problema nacional” somente aqueles textos que diretamente se reportaram

a algum conflito de ordem étnica, incluindo aí a crise das Repúblicas Soviéticas, da Iugoslávia, Irlanda e os problemas no Oriente Médio. De outra forma, ao lermos os *themes* e incluirmos essa leitura na seleção de artigos que compunham os dossiês da revista, encontramos uma quantidade diferente de ensaios que trataram das lutas nacionais, ao todo cinquenta e seis. Além disso, percebemos que alguns artigos que a *Review* incluiu em sua listagem respondiam mais a outro tópico a que chegamos ao analisarmos os dossiês: os *movimentos sociais*. De sorte que ao nos debruçarmos sobre a presença do Nacionalismo, observamos também aqueles autores e artigos cuja abordagem central alertava para as consequências sociais e políticas da ascensão hegemônica do novo imperialismo no final do século XX, percebendo como estes colocavam o Nacionalismo no centro dos “Problemas Pós-Comunistas”. Partindo dessa verificação mais ampla, contudo, embasada na estratégia *internacionalista* adotada pela revista no sentido de explorar a formação da “nação” e da “identidade nacional” partindo da periferia ou das minorias étnicas para o centro, chegamos à delimitação do seguinte quadro de colaboradores e temas:

Tabela I - Nacionalismo: artigos e autores (1989 – 2003)

Região ou País em Foco	Nº artigos	Principais Colaboradores
Leste europeu e Repúblicas da URSS	14	Ernest Gellner, Peter Gowan, Miroslav Hroch, Branka Magas, Slavoj Zizek.
Teorias do Nacionalismo (Análises de casos “periféricos”)	11	Ernest Gellner, Tom Nairn, Benedict Anderson, Gopal Balakrishnan, Kenett Minogue, Brendan O’Leary.
Alemanha	8	Jurgen Habermas
Iugoslávia e Bósnia	6	Branka Magas, Robin Blackburn, Mi sha Glenny, James Petras.
Rússia	6	Boris Kagarlitsky, Jeremy Lester
Polônia	4	Maurice Glasman, John Keane, Andrzej Wali cki.
Hungria	2	Nigel Swain, Iván e Szonja Szelényi.
Coréia	2	Paik Nak-Chung
Irlanda	2	Ronan Bennett, Ellen Hazelkorn.
Tchecoslováquia	1	Petr Uhl

O que esse quadro expressa, sinteticamente, é a preponderância com a qual as “revoluções de 89” e a independência das repúblicas satélites da URSS forjada pelos levantes populares de teor nacionalista foram discutidas nas páginas da NLR. O que fica mais evidente quando observamos a existência de artigos e colaboradores específicos para os impasses políticos vividos na Polônia, Hungria e na Checoslováquia, países que Perry Anderson viria a identificar como os “sonhos da Europa Central” celebrados pelo liberal Timothy Garton Ash, isto é, países que foram

receptáculos da “ajuda” e da avidez por lucros da comunidade financeira internacional sob o discurso da estabilidade e eliminação da xenofobia, “(...) já que o sucesso do capitalismo democrático no trio PCH (Polônia, Checoslováquia, Hungria) era a condição para a paz e a estabilidade no restante da Europa ex-comunista”. (ANDERSON, 2012, p. 94)² Um mito que servia aos interesses estratégicos norte-americanos de mapear a Europa Oriental como uma perigosa zona de conflitos étnicos e nacionais desprovidos de racionalidade, cuja solução estaria na “intervenção humanitária” ocidental e na adoção de medidas que levassem os governos dessa região a optarem pela democracia capitalista. O fornecimento de regalias ao trio PCH, como o perdão de dívidas e empréstimos, na lógica simplista dos porta-vozes do Ocidente, resultaria na retomada do crescimento econômico e no arrefecimento das hostilidades internas. Entretanto, o olhar fraternal para com a Europa Central fora acompanhado de um extensivo rigor para com a “verdadeira” Europa Oriental, pois, os mesmos credores que haviam perdoado a Polônia “(...) sugeram a Iugoslávia, forçando planos e mais planos de estabilização draconianos no país; enquanto isso, o desemprego disparava e o governo federal desmoronava. (...) O mito de uma Europa Central não foi apenas a condição negativa para o desdobramento da crise, ele foi também seu catalisador ativo”. (ANDERSON, 2012, p. 97)

Entendemos que a *New Left Review* acompanhou a extensão desse processo de perto, utilizando-se de artigos que caracterizavam direta e indiretamente as condições socioeconômicas e históricas do trio Polônia, Checoslováquia e Hungria nesse momento de crise do comunismo, enlaçando-os de maneira que importassem, em último caso, no por que dos conflitos nacionalistas terem entrado em ebulição ao mesmo tempo em que a economia capitalista se projetava ao Leste e como tais conflitos pressionaram o aparelho burocrático do Partido Comunista (PC) ao ponto de levá-lo a ruína.

Na edição de março-abril de 1992, portanto, na sequência dos eventos que haviam fraturado a URSS em 15 repúblicas independentes, a *Review* se utilizou dos

² Em outra passagem, Anderson nos dá a definição de “Europa Central” tal como exposta por porta-vozes como Kundera ou Milosz, a qual “(...) incluía Checoslováquia, Hungria e Polônia, estendendo-se ocasionalmente à Lituânia. (...) De um lado, traçou uma linha cultural que demarcava essa zona e a separava dos países europeus de fato orientais (ou seja, atrasados), como Romênia ou Iugoslávia, para não mencionar a eternamente bárbara e totalitária Rússia”.

argumentos de Boris Kagarlitsky (KAGARLITSKY, NLR, mar./abr., 1992, p. 85 - 97) e Kevin Livingstone (LIVINGSTONE, NLR, mar./abr., 1992, p. 98 - 104) para expor o que descreveu como sendo o “mais imprudente experimento de economia de livre mercado”, privatização e mercantilização: “a liberação de preços e o fim dos subsídios provocou uma deterioração bastante direta e tangível nas condições de vida da massa do povo russo, enquanto que, na verdade, deprimindo, ao invés de promover, a atividade produtiva”. (NLR, mar./abr., 1992, p. 2 - 3) Igualmente, antevia-se que o colapso do bloco soviético abriria espaço para um capitalismo extremamente suscetível a crises e descontentamentos populares, até porque o resultado da implantação do livre mercado no interior do aparelho estatal burocrático e de comando da antiga URSS poderia impulsionar formas de monopólios já existentes. O ensaio de Simon Clarke publicado ao final de 1992, *Privatization and Development of Capitalism in Russia* (Privatização e Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia), foi consoante para a revista, nesse sentido, porque trazia o resultado de uma complexa investigação que envolvia vários estudiosos russos e da Europa Oriental acerca das perspectivas econômicas do antigo bloco soviético uma vez submetido à “terapia de choque” neoliberal. (CLARKE, NLR, nov./dez., 1992, p. 3 - 27) Para a *Review*, os argumentos de Clarke eram interessantes porque salientavam que:

(...) a introdução de diversas formas de privatização não deveria, nas condições russas, ser equiparada com o capitalismo, uma vez que muitas vezes tendem a reproduzir uma variante das relações sociais de produção da antiga União Soviética. Cartéis de apoio mútuo e monopólios têm impedido qualquer invasão por competição de estilo capitalista como diferentes empresas estenderem o crédito uma para outra. Mas, em conjunto com as lutas políticas e sindicais mais amplas, a privatização já está obrigando os trabalhadores russos para definir o seu papel na construção de uma nova ordem. (NLR, nov./dez., 1992, p. 1)

O problema central dessas investigações residia no esforço empreendido pelos editores em encontrar as fontes de “ressurgimento do Nacionalismo” a partir dos problemas de ordem econômica que haviam concorrido para a dissolução do sistema comunista. Os efeitos das privatizações, tendo em vista a formação de monopólios e cartéis na Rússia, deveriam ser explorados nos países do Leste europeu como um todo, de tal maneira que se tornasse possível identificar como os trabalhadores de cada país passaram a reagir ou “a definir seu papel na construção de uma nova ordem”. Existia ainda, nesse último critério, a oportunidade para rejeitar o *link* entre democracia e livre mercado delineado pelos apologistas da *New World Order*, os quais interpretavam os movimentos de libertação do Leste como ratificação da superioridade do liberalismo ocidental e de sua função providencial em combater a violência “irracional” promovida pela intensificação do Nacionalismo étnico na região.

Tais avaliações da *Review* começaram desde o início da transição comunismo-capitalismo, quando a contestação do projeto socialista da Hungria demonstrou, de acordo com Nigel Swain, a necessidade de uma reforma política e econômica que propusesse, respectivamente, a introdução de um sistema multipartidário e a criação de uma economia de mercado aberto. Não obstante, a revista estivesse publicando, desde a década de 1980, ensaios e resenhas que exploravam os efeitos desumanos do neoliberalismo de Thatcher e Reagan, Swain pudera criticar a fórmula simplista que comungava democracia política e economia de mercado nos seguintes termos:

Os leitores da *New Left Review* não são susceptíveis de ficarem impressionados com uma explicação que sugere uma contradição necessária entre democracia política e socialismo, e menos ainda pelo seu inverso, que a democracia política e a economia de mercado necessariamente andam juntos. (SWAIN, NLR, jul./ago., 1989, p. 4)

Enquanto isso, John Keane fazia uma análise muito parecida para o caso da Polônia, onde “os arquitetos da lei marcial não conseguiram ver que a democracia é uma condição vital da reforma econômica e da prosperidade”. (KEANE, NLR, jan./fev., 1990, p. 105) Para ele, a fórmula era bastante simples, qual seja: “Sem eleições livres e sociedade civil legalmente garantida, não há democracia, sem

democracia, sem pão, manteiga ou legumes ou carne decentes nas lojas”. (KEANE, NLR, jan./fev., 1990, p. 105)

Peter Uhl, por sua vez, observando as circunstâncias de transição para o capitalismo na Checoslováquia, foi questionado em sua entrevista junto a *Review* sobre “(...) aqueles comprometidos com a defesa das liberdades democráticas, a luta pela soberania nacional, (...), em suma, com uma ruptura radical com a antiga ordem, (...)” estarem “(...) apenas muitas vezes convencidos de que a salvação está apenas no desenvolvimento de um mercado capitalista”. (UHL, NLR, jan./fev., 1990, p. 112) Como resposta, encontramos argumentos relativos à inevitabilidade da implantação de uma economia de mercado que seriam impensáveis para uma revista de esquerda antes dos eventos de 1989. “Na minha opinião”, afirmava ele:

O mercado tem de ser capaz de desenvolver na Tchecoslováquia. Isto talvez possa parecer uma regressão, em relação ao ideal comunista de uma sociedade sem classes, mas eu acho que é uma etapa inevitável hoje. Claro, eu sou a favor de um plano elaborado *democraticamente*, para determinar o equilíbrio global de prioridades, mas devemos tomar cuidado com a ilusão de que isso poderia governar a produção até o último detalhe. Apenas um mercado pode permitir que o consumidor tenha verdadeiramente liberdade de escolha tanto de roupas, quanto sapatos e assim por diante. Você vai me dizer que o problema está em saber até onde o mercado pode ser autorizado a impor as suas leis, quantos trabalhadores devem ser empregados por empresas do setor privado, e assim por diante. É certamente difícil de codificar tudo isso. Mas, precisamente porque eu considero um certo desenvolvimento do mercado como indispensável, eu diria que a questão central é a de controle democrático e das formas práticas em que a autogestão dos trabalhadores é exercida. Isto é tanto mais verdade quando se trata de investimentos de capital estrangeiro. Polônia, afinal, deve ter recebido uma contribuição externa colossal para ter as dívidas que tem, aparentemente, no entanto, na ausência de qualquer controle por parte dos trabalhadores ou consumidores este trouxe pouco benefício. (UHL, NLR, jan./fev., 1990, p. 113; grifo nosso)

A *Review* reconhecia que as condições do mundo comunista estavam se alterando na contramão de um socialismo democrático, muito embora não aceitasse

que a luta pela soberania nacional, liberdades democráticas e autodeterminação estivessem comprometidas com opções políticas mais conservadoras e de acomodação da sociedade civil à “cultura do dinheiro”. Mantinha-se fiel, nessa assertiva, à tradição de esquerda que rejeitava a existência de um governo *verdadeiramente* democrático cuja base econômica estivesse assentada no *laissez-faire*. O problema central, todavia, se encontrava em como desenvolver alternativas ou *controles* democráticos dentro de uma conjuntura na qual o capitalismo se tornava inevitável e indispensável, ou seja, hegemônico ao ponto de transformar as noções de “terceira via” ou “economia mista” em especulações teóricas. Foi justamente aqui onde a NLR apontou a brecha para a irrupção da violência nacionalista, quando a “terapia de choque” neoliberal (empréstimos, privatizações e monopólios) distorceu o sentido democrático dos nacionalismos, fazendo da busca pelo ideal do *american way of life* o detonador de crises ainda mais agudas na Europa Oriental e a oportunidade para fortalecimento das elites no antigo território da URSS, cada qual procurando manter domínio político sobre sua área e população. Em outras palavras, o *chauvinismo* nacional pós-Guerra Fria, para a revista, se encontrava diretamente relacionado aos abusos da hegemonia imperial dos EUA.

Por isso mesmo, o problema levantado por Slavoj Žižek no início de seu artigo denominado *Eastern Europe's Republics of Gilead* (Repúblicas de Gilead da Europa Oriental), “Porque o Ocidente está tão fascinado pelos acontecimentos recentes na Europa Oriental? A resposta parece óbvia: o que fascina o olhar fixo ocidental é a *reinvenção da democracia*”, (ŽIŽEK, NLR, set./out., 1990, p. 50) foi bem recebido pela revista no que se refere à indicação de que a “reinvenção da democracia” nos moldes ocidentais tinha sua parcela de culpa na ascensão de repúblicas *of Gilead*³ controladas por elites políticas extremamente hostis às minorias étnicas e cujo Nacionalismo requeria como legitimação a intolerância e a repulsa/expulsão do outro. Vale lembrar que se trata de um artigo indicado e revisado pelos principais editores e

³ O título do artigo pode fazer referência ao romance da canadense Margaret Atwood, chamado *The Handmaid's Tale* [O Conto de Aia], no qual a República de Gilead (antigo Estados Unidos, no romance) é caracterizada pela abolição do governo democrático e instauração de uma teocracia cristã hostil ao pluralismo étnico e religioso; Žižek pode muito bem ter se utilizado da expressão para descrever a condição de ódio, racismo, xenofobia e limpeza étnica experimentados nas antigas repúblicas da URSS.

colaboradores da NLR à época, como Perry Anderson, Robin Blackburn, Peter Wollen e Fredric Jameson. Havia, de certo modo, um *consenso* em reportar a ideia de que “O lado negro dos processos atuais na Europa Oriental é, portanto, o recuo gradual da tendência liberal-democrática em face do crescimento do populismo nacional corporativo com todos os seus elementos usuais, da xenofobia para o antissemitismo”. (ZIZEK, NLR, set./out., 1990, p. 50)

O diferencial do trabalho de Zizek, e que, certamente, saltou aos olhos dos editores, foi sua tentativa de compreender a identificação nacional e seus corolários de xenofobia e chauvinismo a partir de uma análise teórica bem ensaiada com a psicanálise de Lacan, de onde extraiu o conceito de *Nation-Thing* (Nação-Coisa) e a noção de um “prazer encarnado” no modo pelo qual as comunidades identificam e defendem seu “próprio modo de vida”. Disto, resultou que:

O elemento que une uma comunidade não pode ser reduzido para o ponto de uma identificação simbólica: o vínculo que liga os seus membros sempre implica uma relação compartilhada para uma coisa, em direção a um Prazer encarnado. Essa relação para com a coisa, estruturada por meio de fantasias, é o que está em jogo quando falamos da ameaça ao nosso “modo de vida” apresentado pelo outro: é o que é ameaçado quando, por exemplo, um inglês branco está em pânico por causa da crescente presença de *aliens*. O que ele quer defender a qualquer preço *não* é redutível ao chamado conjunto de valores que oferecem suporte para a identidade nacional. Identificação nacional é, por definição, sustentada por uma relação para a *Nation qua Thing*. Esta *Nação-Coisa* é determinada por uma série de propriedades contraditórias. Ela aparece para nós como uma “coisa nossa” (talvez poderíamos dizer *cosa nostra*), como algo acessível apenas para nós, como algo que “eles”, os outros, não podem compreender, mas que não deixa de ser constantemente ameaçado por “eles”. Ela aparece como o que dá plenitude e vivacidade para a nossa vida, e ainda assim a única maneira que podemos determina-la é através do recurso a diferentes versões de uma tautologia vazia: tudo o que podemos dizer sobre isso é, em última análise, o que a coisa é “em si”, “A única coisa real”, “o que é realmente sobre”, e assim por diante. Se nos perguntam como podemos reconhecer a presença dessa coisa, a única resposta consistente é que a coisa está presente nessa entidade

indescritível chamado “nosso modo de vida”. Tudo o que podemos fazer é enumerar fragmentos desconectados da forma como a nossa comunidade organiza suas festas, seus rituais de acasalamento, suas cerimônias de iniciação, enfim, todos os detalhes pelos quais se torna visível a única maneira de uma comunidade *organizar o seu prazer*. (ZIZEK, NLR, set./out., 1990, p. 51 e 52; grifo nosso)

A partir desse ponto, a *Review* se voltou decisivamente para uma retomada dos elementos sociais, políticos e culturais que cerceavam a identificação nacional, comensurando as especificidades históricas contidas nas irrupções nacionalistas não apenas do Leste europeu, mas em diversas partes do globo, e analisando-as a partir de uma investigação empírica e teórica mais extensiva que reivindicou uma releitura dos debates que já haviam sido levantados nas décadas precedentes. Durante os anos que se seguiram a queda da URSS, acessamos uma revista preocupada com as muitas interpretações acerca de nações e movimentos nacionais lançadas entre 1968-88, período que Eric Hobsbawm caracterizou como o mais produtivo em termos de produções que iluminaram o papel do Nacionalismo no desenvolvimento histórico, quais sejam: *Social Preconditions of National Revival in Europe* (Miroslav Hroch, 1985 [1971]), *Comunidades Imaginadas* (Benedict Anderson, 1983), *Nações e Nacionalismos* (Ernest Gellner, 1983) e *A Invenção das Tradições* (Eric Hobsbawm e Terence Ranger, 1983). (HOBSBAWM, 2011 [1990], p. 13 e 14) Muito embora, os editores, constrangidos por esse nova conjuntura de dissolução do comunismo, tenham convertido tais interpretações em uma tentativa de explicar o Nacionalismo através das diferentes formas de organização das comunidades étnicas, recaindo sobre seu *modus operandi* ou “o modo de vida” que geria a “Nação-Coisa” compartilhada entre os seus membros e que concedia aos mesmos o sentimento de coesão identitária e a busca por “satisfação prazerosa” na conservação dessa “entidade indescritível” (*inventada*, nas palavras de Gellner; ou *imaginada* no entender de B. Anderson) e paradoxal que existe “(...) apenas na medida em que os outros acreditam (na crença do outro) em sua existência”. (ZIZEK, NLR, set./out., 1990, p. 52)

A velocidade alucinante com que o capitalismo foi se apropriando da mentalidade e da burocracia dos governos pós-comunistas, intensificando o caráter excludente e narcisista dos movimentos nacionais da Europa Oriental, havia provado que a tese central da esquerda a respeito das “causas” das tensões e rivalidades étnicas

nos países do “socialismo real” estava errada. Era *sensu comum* entre os intelectuais de esquerda que os conflitos étnicos nasciam de ações planejadas e manipuladas pelas lideranças do Partido Comunista como um mecanismo de legitimação do poder. No entanto, “(...) de uma forma mais espetacular pelos acontecimentos recentes: uma vez que o controle das burocracias comunistas foi quebrado, as tensões étnicas emergiram ainda com mais força. Então, por que esse apego à Causa étnica *persiste* mesmo após a estrutura de poder que o produziu ter entrado em colapso?” (ZIZEK, NLR, set./out., 1990, p. 59) A resposta apresentada por Slavoj Zizek, combinando, de acordo com ele, a teoria marxista clássica do capitalismo com o “prazer encarnado” da psicanálise lacaniana, pode ser entendida como parte da análise que a *Review* esboçou do Nacionalismo como uma possibilidade de *resistência coletiva* e racional às estruturas do livre mercado. Em suma, o Nacionalismo autoritário e a obsessão chauvinista com o “roubo do prazer”, isto é, com a ameaça ao “modo de vida” suplantara o pluralismo democrático e a abertura para a diversidade étnica devido à histeria produzida pelo capitalismo, tendo em vista a ativação de mecanismos de reconhecimento mútuo e proteção contra a situação de vulnerabilidade e desequilíbrio a qual o grupo ficara exposto.

Talvez essa matriz nos ajude também a compreender a reemergência do chauvinismo nacional na Europa Oriental como uma espécie de “amortecedor” contra a súbita exposição a abertura e desequilíbrio capitalista. (...) A exigência é para o estabelecimento de um corpo social estável e claramente definido que irá conter o potencial destrutivo do capitalismo, cortando o elemento “excessivo”, e uma vez que este corpo social é experimentado como o de uma Nação, a causa do desequilíbrio “espontaneamente” assume a forma de um “inimigo nacional”. (ZIZEK, NLR, set./out., 1990, p. 60 e 61)

Situação essa de desequilíbrio e acentuação do ódio ao “outro”, o inimigo nacional, que ficou ainda mais evidente no processo de desintegração da República

Socialista Federativa da Iugoslávia.⁴ As implicações da falência do regime soviético para a região dos Balcãs,⁵ no momento em que o presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic, começou a dar sinais de radicalização do Nacionalismo após perder influência política no Congresso para a Croácia e Eslovênia, desde cedo chamou a atenção da *Review*. A revista temia que essa radicalização, a qual visava à formação de um grande Estado sérvio (A Grande Sérvia), anexando partes do território da Croácia e Bósnia e Herzegovina na qual residiam as minorias sérvias, pudesse levar o país a uma verdadeira guerra de nacionalidades. O artigo da jornalista Branka Magas, lançado no começo de 1989, alertava para o perigo da “Balcanização da Iugoslávia”, assinalando que:

A unidade do país baseia-se em um reconhecimento de sua pluralidade étnica. No entanto, a ascensão do nacionalismo liderado pelo Estado na Sérvia está ameaçando fraturar a Iugoslávia em um campo de força de nacionalidades em guerra, empurrando o país de volta ao passado. (MAGAS, NLR, mar./abr., 1989, p. 174)

É importante considerarmos que o acompanhamento da NLR relativo ao recrudescimento das hostilidades na Iugoslávia ocorreu ao mesmo tempo em que os editores adentravam o processo de abertura na Rússia e a ascensão política de Yeltsin em meio à crise desencadeada pós-liberalização. Sabia-se que Gorbachev havia falhado em não reconhecer as demandas por *autodeterminação* das repúblicas, onde uma clara maioria estava exigindo esta, ao passo que Yeltsin surgia como figura central no apoio ao ressurgimento do Nacionalismo. (NLR, set./out., 1991, p. 2) A essa altura, o diálogo franco com Ernest Gellner, sociólogo liberal que enxergava as recentes associações étnicas como o renascimento doloroso da sociedade civil, a qual “(...) tinha sido esmagada e pulverizada pelo centralismo bolchevique, pela fusão de

⁴ Estado Iugoslavo que existiu desde o final da Segunda Guerra Mundial até o fim da Guerra Fria, em 1992. Funcionou, durante esse período, como uma república comunista constituída pela união federal de seis repúblicas: Sérvia (capital Belgrado; incluía as regiões autônomas de Kosovo e Voivodina), Croácia (capital Zagreb), Montenegro (capital Titograd), Eslovênia (capital Liubliana), Bósnia e Herzegovina (Sarajevo) e Macedônia (capital Skopje). Um estado multiétnico que, com o colapso do comunismo, foi assolado por guerras de libertação nacional, levando a independência da Croácia, Eslovênia e, posteriormente, da Bósnia, este último depois de vários anos de conflito contra as tropas sérvias que procurava manter domínio político na região dos Balcãs.

⁵ A **Península Balcânica** designa a região sudeste da Europa que engloba a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, a Bulgária, a Grécia, a República da Macedônia, o Montenegro, a Sérvia, o Kosovo, a porção da Turquia no continente europeu, como também, a Croácia, a Romênia e a Eslovênia e a Áustria.

toda organização e hierarquia social - política, econômica e ideológica, - em uma única *nomenklatura*, uma única pirâmide”, (GELLNER, NLR, set./out., 1991, p. 133) municiou a *Review* com a noção de que o desafio mais cauteloso a ser enfrentado pelas repúblicas não russas estava na redefinição das fronteiras internas transmitidas pela antiga União. Em seguida, entrando em acordo com Ronald Suny, os editores salientaram ainda que a própria estrutura da União Soviética funcionava, particularmente, como um tipo de “incubadora” para o sentimento nacional, “(...) modelando as instituições da sociedade civil nas quais os movimentos nacionais emergiriam”. (NLR, set./out., 1991, p. 2; SUNY, NLR, set./out., 1991, p. 111 -125)⁶ Para ela, estava claro que o caminho para a democracia e a declaração da paz na região transitava, necessariamente, pela maneira pela qual o legado da velha ordem seria observado pelas lideranças políticas das antigas repúblicas, uma vez que, “(...) se estas fronteiras regionais e republicanas internas são alteradas, isto deveria acontecer por um consentimento mútuo”. (NLR, set./out., 1991, p. 2)

O problema era que a mistura do Nacionalismo, a saber, forjado nos ressentimentos “encubados” da sociedade civil contra o regime comunista e na busca por autonomia política, com uma “terapia de choque” neoliberal que exigia amplos

⁶ Em artigo anterior publicado na *Review*, Suny (NLR, nov./dez., 1990, p. 5 - 36) destaca que ao invés de destruir as nacionalidades, a experiência do regime soviético resultou em nacionalidades mais fortes e conscientes. Isto se deveu a política de formação do regime, em unidades políticas étnicas, a qual garantia para as repúblicas identidade territorial, educação institucional e cultural na própria língua e promoção de agentes nativos nos quadros de poder local. Tudo isso fortaleceu a identificação da etnia com o território, transformando uma área (Transcaucásia) de alta mobilidade em “feudos” vigiados e policiados. Contudo, até a morte de Stálin ainda existia certo controle político e da promoção da língua russa. O fim desse período e o afrouxamento do controle central sob Khrushchev abriu espaço para fortalecimento das elites políticas nacionais e cada república passou a exercer maior poder e independência em relação a Moscou. Suny relata que existia entre essas elites toda uma complexa rede de clientelismo e favores mútuos que não se rendiam ao controle burocrático, por isso, as mesmas sobreviveram mesmo após a tentativa de Brejnev de substituir o poderio local por representantes russos. Tentava-se conter as expressões de Nacionalismo local a que a própria estrutura da URSS dera gênese, entretanto, as redes familiares persistiram como uma forma eficaz de resistência nacional, deixando os países nas mãos das máfias locais saídas de dentro do partido comunista e extremamente anti-russas. Consolidava-se o que Suny denominou de “Vingança do Passado”.

cortes nos investimentos públicos, criava uma conjuntura bastante explosiva na qual a proteção ao “modo de vida” e/ou o apelo a “nossa pátria” eram convertidos em um sentimento de pertença que, em última instância, poderia ser considerado como a garantia de sobrevivência do grupo étnico em face da concorrência e ameaça exercida pelo “outro”. Benedict Anderson, nessa ocasião, demonstrou que a imposição da histeria capitalista, “em um mundo onde a exigência econômica por trabalho imigrante não é caracterizada pelo necessário desenvolvimento cultura política aberta e tolerante”, (NLR, mai./jun., 1992, p. 2) não somente era incompatível com a democracia como também abolia qualquer possibilidade de “consentimento mútuo”. Pelo contrário, as análises levantadas pela revista nos anos que se seguiram ao colapso do comunismo concorreram para expor os “efeitos desastrosos” da *marketization* e *privatization* no interior da Europa Oriental, além de atarem-se ao controle norte-americano da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, conseqüentemente, ao silêncio das grandes potências ocidentais em relação aos crimes de guerra e de “limpeza étnica” que varreram a antiga Iugoslávia.

Nesse contexto, é válido citarmos os editoriais que a revista lançou em meados da década de 1990, discutindo, especificamente, as conseqüências da *shock therapy* para os países do Leste e o papel exercido pelos Estados Unidos na destruição da Bósnia e Herzegovina durante a guerra de independência (1992 a 1995). Começamos com o dossiê intitulado “A Pilhagem da Europa Oriental”, publicado em setembro-outubro de 1995, no qual a revista diz que:

No período imediatamente após a eliminação das restrições da Guerra Fria houve uma explosão das exportações da Europa Oriental para o Ocidente, mas isso foi rapidamente interrompido pela imposição de barreiras não tarifárias pela União Europeia. Gowan deixa claro que os interesses ocidentais eram muitas vezes mais poderosos do que conselhos ocidentais na definição das novas políticas. Governos orientais, apesar de sua estreita margem de manobra, desenvolveram diferentes estratégias para mitigar o rigor da mercantilização. (...) No entanto, o custo humano do experimento do livre mercado foi, e continua sendo, muito alto, especialmente na antiga União Soviética. Os níveis de nutrição se deterioraram em toda a região e sistema público de saúde entrou em colapso levando, anualmente, a centenas de milhares de mortes. A transição no Oriente estava predestinada a ser difícil, mas a rejeição total do coletivismo e provisão pública abriu as portas à miséria generalizada e a uma crescente onda de criminalidade. (NLR, set./out., 1995, p. 1)

Quase um ano depois, em julho-agosto de 1996, o dossiê “Os Fantasmas da Iugoslávia” trouxe uma apreciação dos problemas enfrentados pela Bósnia e Herzegovina, isto dentro de uma narrativa que explorava a inter-relação entre os ensaios que a *Review* havia publicado anteriormente.

Em edições recentes da *Review* temos publicado uma série de artigos analisando o papel dos Estados Unidos em moldar a política do Ocidente sobre questões-chave da política mundial, incluindo o estudo de Peter Gowan sobre a lógica da “terapia de choque” na Europa Oriental na NLR 213 e as impressões de Robert Wade na NLR 217 de como a visão dos EUA prevaleceu quando o Banco Mundial apresentou o seu relatório “O Milagre do Leste Asiático”. Nesta edição, James Petras e Steve Vieux argumentam que os Estados Unidos, defendendo de seu papel de liderança, repetidamente minou as tentativas de garantir um acordo na Bósnia negociado por mediadores europeus das Nações Unidas. Somente após agosto de 1995 estava Washington disposto a presidir um acordo de paz que sancionou ambas a “limpeza étnica” croata e sérvia e não deu mais para os bósnios do que tinha ofertado anteriormente. Nesse meio tempo, muitos milhares haviam sido mortos. (NLR, jul./ago., 1996, p. 1)

A *Review* construiu sua investigação dos perigos do Nacionalismo pós-1989 através de uma extensa rede de autores, interpondo pontos de vistas produzidos em diferentes situações, começando da liberalização dos países-chaves para o Ocidente (Polônia, Checoslováquia e Hungria) até chegar aos efeitos últimos da transição capitalista para o Leste, sobretudo, no caso da Iugoslávia. O intuito era produzir uma resposta coletiva que, decompondo as condições históricas das “causas” do ressurgimento do chauvinismo e da limpeza étnica, contrariasse as pretensões triunfalistas e salvacionistas do livre mercado. Daí, a intervenção norte-americana na região da antiga URSS e seus corolários de guerra, fome, criminalidade e “milhares de mortos”, serem tratados como os verdadeiros responsáveis pelo Nacionalismo de caráter irracional e irredentista. Nesse ínterim, observamos que as tensões políticas vividas na Iugoslávia, cuja apreciação pela revista se iniciou antes mesmo da

declaração de independência da Croácia e da Eslovênia, em 1991, para seguir com a luta da Bósnia para separar-se da Federação (culminando com uma guerra que perduraria até 1995), delinearam uma condição na qual se tornou impossível não repensar a função do Nacionalismo nas “revoluções” que determinaram o fim da Guerra Fria.

Na sequência do já citado artigo de Branka Magas, no qual ela alertava a esquerda sobre como a agressividade política sérvia conduziria a uma “Balcanização da Iugoslávia”, a revista lançou trechos do seu livro *The Destruction of Yugoslavia* (A Destruição da Iugoslávia) e uma resenha de Mary Kaldor que, chamando atenção para “(...) os novos e exclusivistas complexos nacionalistas que têm sido presos em conflitos nos territórios da antiga Iugoslávia”, (MAGAS, NLR, nov./dez., 1992, p. 102 - 112) analisou as interpretações desenvolvidas por Misha Glenny, Mark Thompson e John Zametica. (KALDOR, NLR, jan./fev., 1993, p. 96 - 112) A conclusão alcançada por Kaldor, afirmando que “(...) a tentativa de construir estados etnicamente exclusivos serve ao interesse de novas elites políticas e militares, mas falha em registrar o valor da diversidade e ignora a necessidade de negociar novas formas de cooperação e coexistência”, (NLR, jan./fev., 1993, p. 2) se tornou de primeira importância para que o intelectual coletivo pudesse reabrir sua leitura do Nacionalismo e, atentando para os valores de diversidade, cooperação e coexistência, visualizasse como o sentimento nacional poderia contribuir para a complexa tarefa de encorpar o pensamento de esquerda quanto às perspectivas de lutas, organização e aspirações coletivas.⁷

A agenda da revista, durante toda a década de 1990, foi mobilizada na direção de uma política antagônica à democracia capitalista e ao militarismo intervencionista dos grandes poderes da OTAN, visualizando, em especial, os desdobramentos das guerras e do derramamento de sangue na ex-Iugoslávia. O artigo do editor Robin Blackburn, lançado em meados de 1993, deu prosseguimento ao debate do caso

⁷ Usamos o termo “intelectual coletivo” para designar a forma de atuação editorial da NLR. Apesar de abrir espaço para vozes dissidentes e ser bastante heterogênea em seus eixos temáticos e perfil de colaboradores, entendemos que a revista mantinha sua coerência interna através da “cultura de esquerda”, a qual orientava a relação e o diálogo entre seus editores e colaboradores. Nesta, a resistência política, a socialização, a democratização e o igualitarismo apareciam como conceitos aglutinadores de opinião, propiciando, assim, uma leitura coletiva ou comum dos acontecimentos contemporâneos à luz da interpretação histórico-sociológica dos mesmos.

iugoslavo no momento em que as animosidades entre os três grupos étnicos residentes na Bósnia e Herzegovina (croatas, sérvios e muçulmanos) haviam se intensificado, levando Milosevic a armar grupos de sérvios-bósnios para “expulsar” as outras etnias de suas áreas de moradia e trabalho. A possibilidade de uma intervenção militar ocidental no sentido de conter a “limpeza étnica” empreendida pelos sérvios, para Blackburn, “(...) revelou a necessidade por um novo tipo de internacionalismo”. (NLR, mai./jun., 1993, p. 2) Para ele, “(...) a agonia da Bósnia e Herzegovina demonstra que a emergência democrática e pacífica de novos estados, ou a reforma dos antigos, exige uma nova ordem internacional, na qual a Organização das Nações Unidas esteja habilitada a se tornar independente das nações ricas e das potências da OTAN”. (NLR, mai./jun., 1993, p. 2; grifo nosso)

Visualizava-se nos movimentos nacionais a oportunidade para flexibilizar os critérios de identidade étnica e religiosa, orientando-os para a adoção de princípios seculares e multiétnicos que, mesmo constrangidos nas fraturas territoriais e diferenças linguísticas dos “estados-nação”, pudessem driblar a armadilha identitária do trio história-religião-nacionalidade e conceber a noção de residência associada com cidadania. Isto porque “não há nenhuma boa razão para que cada nova nação tenha que recapitular as barbaridades dos antigos estados-nação estabelecidos, especialmente quando, como no caso da ex-Iugoslávia, eles também têm tradições seculares e democráticas que podem ser mobilizadas contra *identitarianism*”. (BLACKBURN, NLR, mai./jun., 1993, p. 111)

Blackburn, todavia, considerava que as mudanças trazidas pelo capital após as “revoluções de 89” haviam incorporado novas condições às relações entre os diferentes grupos étnicos que viviam na Iugoslávia, sobretudo, no tocante à Bósnia, onde esses grupos estavam muito próximos um dos outros. Portanto,

As paixões que animaram este desastre não devem ser atribuídas somente, ou mesmo principalmente, para as inimizades antigas. Embora o último tenha desempenhado o seu papel, elas foram

emprestadas de uma potente nova virulência, imprudência e desespero oriundo de fúrias modernas como o arrocho no desenvolvimento desigual, hiperinflação, desemprego em massa, programas de austeridade, mídia demagógica, o militarismo, a corrupção política, o totalitarismo étnico e este frenesi intolerante de maiorias instáveis que se poderia chamar de demência democrática. (BLACKBURN, NLR, mai./jun., 1993, p. 100)

“Demência democrática” que tinha suas raízes na implantação da *shock therapy* que, como vimos há pouco, foi interpretada pela NLR como o suporte de Washington para assegurar sua liderança na condução da política mundial. Uma hegemonia construída à custa de programas de austeridade e privação no Leste que, sacudindo a Iugoslávia, trouxera toda a “virulência, imprudência e desespero” que, em pouco tempo, se traduziria em totalitarismo étnico e militarismo. Circunstância de guerra que, explorada um ano mais tarde pelo jornalista britânico Misha Glenny, na edição de maio-junho de 1994 da *Review*, foi interpretada como uma “ressaca” da Guerra Fria. O conflito assumira um estágio irreversível, onde “nem os ataques aéreos da OTAN nem o prolongamento do conflito oferecem as comunidades destroçadas da Bósnia a oportunidade de recriar as condições de vida decentes”. (NLR, mai./jun., 1994, p. 2) Para a revista, a perspectiva para o estabelecimento da paz na região poderia muito bem passar pelo que Glenny denominou de “confederação de distritos livres”. Todavia, as intervenções militares das potências ocidentais haviam criado obstáculos a qualquer acordo negociável. Concluía-se, nesse contexto, que “as potências da OTAN podem estar suficientemente atormentadas por ressacas da Guerra Fria de tal modo que elas realmente promovem o perigo de uma guerra quente nos Balcãs”. (NLR, mai./jun., 1994, p. 2)

Sabemos que a NLR não enxergou o Nacionalismo, enquanto um conjunto de critérios de identificação do grupo étnico em termos linguísticos, históricos e culturais (“nosso” modo de vida), como o responsável direto pelas “guerras quentes” nos Balcãs. As consequências imediatas e em longo prazo da inclinação militarista das potências da OTAN e da falência das promessas da *New World Order* foram se mostrando como o combustível mais eficaz para o ressurgimento do chauvinismo. O irônico título do dossiê de março-abril de 1997, “Um Bilhão de Novos Consumidores?”, indicando os novos passos da economia chinesa, os quais

controlados por uma elite política sedenta por dinheiro e destruição ambiental, o qual fora seguido de uma contundente crítica acerca dos resultados da *privatization* na Europa Oriental, apontou justamente para os elementos que estavam na base desse ressurgimento: “Na da Europa Oriental, a ‘privatização’ não foi capaz de criar um forte grupo de proprietários capitalistas, mas tem sido acompanhada pela imposição de critérios capitalistas em quase todos os aspectos da vida social e econômica, aumentando a desigualdade e arruinando a vida cultural”. (NLR, mar./abr., 1997, p. 1; grifo nosso) Não obstante, “(...) a nova ordem capitalista incompleta alcançou hegemonia prometendo uma revolução no consumo que, com a maioria tem percebido, ainda não chegou (...)”. (NLR, mar./abr., 1997, p. 1) O que realmente havia chegado para os territórios das antigas repúblicas comunistas e da Iugoslávia foi uma nova posição de “fantoques” dentro da hegemonia norte-americana, que, no início de 1999, era vista pela *Review* como “pequenas criaturas” utilizadas estrategicamente pelos poderes ocidentais no sentido destes obterem vantagens políticas e econômicas. (GOWAN, NLR, mar./abr., 1999, p. 83 – 105; NLR, jan./fev., 1999, p. 1)

Acreditamos que essa postura mais resistente ao capital e, por assim dizer, contra-hegemônica em relação ao avanço do neoliberalismo e às “fáceis leituras” irracionalistas do Nacionalismo foi resultado de um processo de contínua reavaliação das circunstâncias históricas, no qual os intelectuais que organizavam a revista foram pouco a pouco reinterpretando o papel dos movimentos nacionais à luz de um diálogo empírico e teórico que abriu espaço para uma importante consideração dentro do trabalho de revisão do pensamento da esquerda procurado pela revista: a identidade nacional como fonte de *ação coletiva*. Começamos com a ideia de *Nation-Thing* de Slavoj Žižek, a qual observando o caráter “paradoxal” e “indescritível” da entidade chamada Nação, atentou para o efeito de resistência coletiva que a mesma era capaz de suportar em face dos constrangimentos criados pelo capitalismo. A partir daí, os

outros textos incorporados a discussão não apenas se importaram com as implicações sociais e econômicas da “terapia de choque” no Leste, como também a dimensão histórica das “revoluções de 89”.

Entretanto, foi o trabalho do historiador Checo Miroslav Hroch, publicado na *Review* de março-abril de 1993, que forneceu o material crítico para que os editores pudessem investigar a natureza racional dos “nacionalismos” contemporâneos, descortinando-os como potenciais veículos de vida democrática. Ao fazer analogia entre os experimentos nacionalistas dos grupos étnicos não dominantes da Europa, os quais se desenvolveram a sombra dos grandes estados-nação (França, Inglaterra, Portugal, entre outros) durante o final do século XIX e início do XX, com os “movimentos nacionais” do Leste europeu na conjuntura de 1989, o historiador atentou para os traços semelhantes: tratava-se de movimentos surgidos em uma situação de crise de antigos regimes (absolutismo e comunismo), na qual “(...) os laços familiares desmoronaram, deixando uma ansiedade e uma insegurança generalizada na qual a ideia nacional assume o papel de integração coletiva”. (HROCH, NLR, mar./abr., 1993, p. 15)

A própria NLR atentou para o contexto em que a retomada do livro de Miroslav Hroch, *Social preconditions of national revival in Europe* (Pré-condições sociais do renascimento nacional na Europa), de 1985 - com primeiros textos da década de 1970 -, se tornou de singular importância para que a esquerda reavaliasse o papel da sociedade civil nas lutas por autodeterminação que caracterizaram o processo de liberalização da Europa Oriental.

Ao longo dos últimos anos os avanços da política nacionalista têm criado centenas de milhares de refugiados no Cáucaso e dois milhões na antiga Iugoslávia. Dezenas de milhares foram mortos. Em outra parte da Europa Oriental e da antiga União Soviética, o deslocamento e as baixas foram em uma escala muito menor, embora o integralismo nacional intolerante seja funesto aonde quer que esteja. Nesta edição, o distinto historiador checo Miroslav Hroch coloca tais desenvolvimentos em contexto e, ao fazer isso, nos lembra que os movimentos nacionais podem ser veículos de vida democrática, enraizados nos modos de comunicação predominantes. As profundas reflexões de Hroch abstêm-se de alarmismo fácil sobre a nova onda de nacionalismos, cujo avanço muitas vezes se deve muito mais à despolitização dos últimos dias do regime comunista. Mas o raciocínio muito estreito de Hroch faz

a sua conclusão a mais pontiaguda. (NLR, mar./abr., 1993, p. 1; grifo nosso)

Os movimentos nacionais adquirem *status* de luta democrática porque Hroch não concebe o termo Nação como uma invenção ou um mito. Um enunciado que não elimina as leituras que a NLR tinha em mente acerca da nação como “entidade indescritível” (nação-coisa), mas que se integrava a esta produzindo um resultado diferenciado: a ideia de que a identidade nacional não era incompatível com o fortalecimento da consciência da sociedade civil em relação a sua autonomia e reivindicações políticas. Para o historiador, não se podia ignorar a existência concreta de grandes grupos de pessoas integradas “(...) por uma combinação de vários tipos de relações ou laços (econômica, social, histórica, política, religiosa, linguística, cultural, geográfica), e por sua percepção subjetiva na consciência coletiva de pertencimento, como seres humanos iguais”. (HROCH, 2000 [1985], p. xiii) Por isso, a conclusão a que chegara Hroch fora destacada pelos editores, uma vez que alertava para os “déficits nacionais” (cultura nacional baseada no idioma local, realização de direitos civis e políticos, uma estrutura social completa - elites e trabalhadores organizados) que não encontravam respaldo dentro de uma economia de mercado globalizada.

Em conclusão, pode muito bem ser perguntado: com base em nosso conhecimento dos movimentos nacionais clássicos da Europa do século XIX, o que poderia ser alterável e o que seria inalterável na dinâmica dos novos movimentos? O pré-requisito básico de todos os movimentos nacionais - ontem e hoje -, é uma profunda crise da velha ordem, com a quebra de sua legitimidade, e dos valores e sentimentos que o sustentam. No caso dos movimentos atuais, esta crise é combinado com a depressão econômica e a ameaça de declínio social generalizado, gerando aumento da angústia popular. Mas, em ambos os períodos, um terceiro elemento crucial da situação é o baixo nível de cultura política e de experiências entre a grande massa da população. A coincidência destas três condições - crise social, a recessão econômica, política inexperiência -, é específica para a conjuntura contemporânea, quando seus efeitos têm se intensificado pelo grande aumento na

densidade e velocidade da comunicação social. Uma vez que a ordem dominante - absolutismo ou o comunismo, sofreu uma certa liberalização, os movimentos sociais ou políticos contra ela foram inevitáveis. Estes tornaram-se nacional, se mais dois fatores intervieram: a existência de déficits reais para a vida nacional completa, e de tensões significativas que poderiam ser articuladas como conflitos nacionais, dentro de um padrão de desenvolvimento desigual. Uma vez que tais movimentos nacionais adquirem um caráter de massa, se no século passado ou presente, que não pode ser interrompido por proibição governamental ou uso da força. No máximo, eles podem ser hoje inflexionados pela educação cívica nas escolas e meios de comunicação, talvez hoje em uma direção supostamente ‘europeia’, e por medidas oficiais para garantir um equilíbrio étnico razoável no emprego público. As limitações de tais medidas são demasiadamente evidentes. O único remédio realmente eficaz contra os perigos da situação atual é, infelizmente, o mais utópico: a resolução da crise econômica da região, e advento de uma nova prosperidade. (HROCH, NLR, mar./abr., 1993, p. 20; grifo nosso)

Dois anos após essa publicação, em maio-junho de 1995, o professor da Universidade da Califórnia Gopal Balakrishnan - à época trabalhando juntamente com Benedict Anderson na edição do *Mapping the Nation* (BALAKRISHNAN, 1996) - entrou em diálogo com este último no tocante a noção de “capitalismo editorial”. Anderson se utilizara de tal conceito para expressar a difusão de romances e jornais em uma língua nacional a partir do século XIX, fazendo da leitura coletiva (por indivíduos residentes em diversas áreas de um mesmo país) uma espécie de ritual pelo qual os membros de uma comunidade se reconheciam mutuamente como *iguais* e integrantes de uma mesma história, ou seja, uma *comunidade imaginada*. (ANDERSON, 2008 [1983]) Balakrishnan entendia que o capitalismo editorial, isoladamente, não respondia o porquê da disposição de homens e mulheres em se sacrificarem por suas pátrias. Para tal, era preciso associar os elementos simbólicos da nação com aqueles concretos, os quais: vínculos de religião e de parentesco, a fim de descobrir “as fontes de identidade (e ação) coletiva”. (BALAKRISHNAN, NLR, mai./jun., 1995, p. 56 - 69) Uma avaliação que retomava o projeto de Miroslav Hroch e que, colocada em função das tensões nacionais do final do século XX e início do XXI que foram abordadas pela revista, como os casos da Índia, (VANAİK, NLR, nov./dez., 1992, p.43 - 63) Irlanda, (HAZELKORN; PATTERSON, NLR, set./out.,

1994, p. 49 - 71) entre outros na Ásia (Indonésia, Taiwan e Camboja),⁸ demarcava o terreno do Nacionalismo como um espaço de embates políticos e de resistências coletivas que desafiavam o tratamento de choque neoliberal.

A *Review* reconhecia que os constrangimentos trazidos pelas novas formas de comunicação e produção global, as quais, no entender de Balakrishnan, haviam desconstruído a efetividade do Estado-nação ou o “terreno sobre o qual a ação de classe se desdobrara”, não permitiam que o Nacionalismo se tornasse uma alternativa ao capital. Mas, quando entendido em sua historicidade e observadas às expectativas e anseios das pessoas comuns, os quais não se resumem as propagandas nacionalistas de Estados, governos ou ativistas, o intelectual coletivo enxergava que a “(...) consciência nacional continuará a fornecer os meios pelos quais os condenados da terra fazem a sua entrada na história do mundo”. (NLR, mai./jun., 1995, p. 2)

⁸ RATNAM, Niru. Chris Ofili and the Limits of Hybridity. In: *New Left Review*, London, n. 235, p. 153 - 159, mai./jun., 1999; GOODY, Jack. Bitter Icons. In: *New Left Review*, London, n. 7/II, p. 5 - 15, jan./fev., 2001; ANDERSON, Benedict. Western Nationalism and Eastern Nationalism. Is There a Difference that Matters? In: *New Left Review*, London, n. 9/II, p. 31 - 42, mai./jun., 2001; O’LEARY, Brendan. Status Quo Patriotism. In: *New Left Review*, London, n. 23/II, p. 100 - 104, set./out., 2003; MINOGUE, Kenneth; Managing Nationalism. In: *New Left Review*, London, n. 23/II, p. 95 - 99, set./out., 2003.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1983].
- ANDERSON, Perry. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo, 2012 [2005].
- BALAKRISHNAN, Gopal (Org). *Mapping the Nation*. London: Verso, 1996.
- _____. The National Imagination. In: *New Left Review*, London, n. 211, p. 56 - 69, mai./jun., 1995.
- BENNETT, Ronan. New labour and Northern Ireland. In: *New Left Review*, London, n. 220, p. 153 - 159, nov./dez., 1996.
- BLACKBURN, Robin. The Break-up of Yugoslavia and the Fate of Bosnia. In: *New Left Review*, London, n. 199, p. 100 - 119, mai./jun., 1993.
- CLARKE, Simon. Privatization and the Development of Capitalism in Russia. In: *New Left Review*, London, n. 196, p. 3 - 27, nov./dez., 1992.
- GELLNER, Ernest. *Condições de Liberdade: a sociedade civil e seus rivais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- _____. Nationalism and Politics in Eastern Europe. In: *New Left Review*, London, n. 189, p. 133, set./out., 1991.
- GLENNY, Misha. The Return of the Great Powers. In: *New Left Review*, London, n. 205, p. 125 - 130, mai./jun., 1994.
- _____. *The Fall of Yugoslavia: The Third Balkan War*, Penguin, 1992.
- GOWAN, Peter. The NATO Powers and the Balkan Tragedy. In: *New Left Review*, London, n. 234, p. 83 - 105, mar./abr., 1999.
- HAZELKORN, Ellen; PATTERSON, Henry. The New Politics of the Irish Republic. In: *New Left Review*, London, n. 207, p. 49 - 71, set./out., 1994.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 [1990].
- HROCH, Miroslav. From National Movement to the Fully-formed Nation. The nation-building Process in Europe. In: *New Left Review*, London, n. 198, p. 3 - 20, mar./abr., 1993.
- _____. *Social preconditions of national revival in Europe: of patriotic groups among the smaller European nations*. New York: Columbia University Press, 2000 [1985].
- KAGARLITSKY, Boris. Russia on the Brink of New Battles. In: *New Left Review*, London, n. 192, p. 85 - 97, mar./abr., 1992.
- KEANE, John. The Polish Laboratory. In: *New Left Review*, London, n. 179, p. 103 - 110, jan./fev., 1990.
- LIVINGSTONE, Ken. Can Democracy Survive in Russia? In: *New Left Review*, London, n. 192, p. 98 - 104, mar./abr., 1992.
- MAGAS, Branka. The Destruction of Bosnia-Herzegovina. In: *New Left Review*, London, n. 196, p. 102 - 112, nov./dez., 1992.

_____. *The Destruction of Yugoslavia-Tracking the Break-up 1980–92*. London: Verso, 1993.

_____. Yugoslavia: The Spectre of Balkanization. In: *New Left Review*, London, n. 174, p. 3 - 31, mar./abr., 1989.

NAIRN, Tom. Breakwaters of 2000: From Ethnic to Civic Nationalism. In: *New Left Review*, London, n. 214, p. 91 - 103, nov./dez., 1995.

New Left Review. *Nationalism*. In: Index of Articles and Authors. London: Bell&Bain, 2010, p. 162 – 164.

SUNY, Ronald. Incomplete Revolution: National Movements and the Collapse of the Soviet Empire. In: *New Left Review*, London, n. 189, p. 111 - 125, set./out., 1991.

_____. The Revenge of the Past: Socialism and ethnic Conflict in Transcaucásia. In: *New Left Review*, London, n. 184, p. 5 - 36, nov./dez., 1990.

SWAIN, Nigel. Hungary's Socialist Project in Crisis. In: *New Left Review*, London, n. 176, p. 3 - 29, jul./ago., 1989.

Themes. Cyberhype and Utopia [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 211, p. 2, mai./jun., 1995.

Themes. Deconstructing Capital [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 205, p. 2, mai./jun., 1994.

Themes. Nationalism and Catastrophe [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 198, p. 1, mar./abr., 1993.

Themes. On Socialism Optimism [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 192, p. 2 e 3, mar./abr., 1992.

Themes. One Billion New Shoppers? [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 222, p. 1, mar./abr., 1997.

Themes. Russia's Failing Liberalization [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 196, p. 1, nov./dez., 1992.

Themes. Sacking of Rome [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 199, p. 2, mai./jun., 1993.

Themes. The Ghosts of Yugoslavia [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 218, p. 1, jul./ago., 1996.

Themes. The Meaning of Russia's Revolution [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 189, p. 2, set./out., 1991.

Themes. The New Collectivism [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 233, p. 1, jan./fev., 1999.

Themes. The New World Disorder [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 193, p. 2, mai./jun., 1992.

Themes. The Plunder of Eastern Europe [Editorial]. In: *New Left Review*, n. 213, p. 1, set./out., 1995.

THOMPSON, Mark. *A Paper House: The Ending of Yugoslavia*, Vintage Books, 1992.

UHL, Petr. The Fight for a Socialist Democracy in Czechoslovakia. In: *New Left Review*, London, n. 179, p. 111 - 119, jan./fev., 1990.

VANAİK, Achin. Reflections on Communalism and Nationalism in India. In: *New Left Review*, London, n. 196, p. 43 - 63, nov./dez., 1992.

ZAMETICA, John. The Yugoslav Conflict. In: *Adelphi Paper 270*, IISS Brasseys, Summer 1992.

ZIZEK, Slavoj. Eastern Europe's Republics of Gilead. In: *New Left Review*, London, n. 183, p. 50 - 62, set./out., 1990.